

Boletim



PONTO DE VISTA

STF julga lei sobre linguagem neutra



EM PAUTA

Considerações sobre Direito Canônico



INOVAÇÃO E CARREIRA

Organização de arquivos pode prevenir problemas



AASP
Editora

Cálculos AASP

Ferramenta que facilita
o exercício da advocacia

>> Calculadora TJSP

A ferramenta de cálculos de atualização monetária de uso mais simples que você já viu.

>> Cálculos judiciais

Mais de 70 índices para realizar tudo o que você precisa.

>> Cálculos trabalhistas

Cálculos iniciais, de liquidação, FGTS, férias e outras operações que todo advogado trabalhista requer.

Acesse pelo QR Code abaixo
ou navegue pelo site.

www.aasp.org.br/calculos



Visite nossos canais



www.aasp.org.br



CONSELHO DIRETOR

Ana Cândida Menezes Marcato, André Almeida Garcia, Antonio Carlos de Almeida Amendola, Antonio Carlos de Oliveira Freitas, Camila Austregesilo Vargas do Amaral, Clarisse Frechiani Lara Leite, Cristiano Scorvo Conceição, Eduardo Foz Mange, Elaine Cristina Beltran Camargo, Flávia Hellmeister Clito Fornaciari Dórea, Heitor Cornacchioni, Helena Najjar Abdo, Leonardo Guerzoni Furtado de Oliveira, Luciana Pereira de Souza, Paula Lima Hyppolito dos Santos Oliveira, Renata Castello Branco Mariz de Oliveira, Rodrigo Cesar Nabuco de Araujo, Rodrigo Rocha Monteiro de Castro, Rogério Lauria Marçal Tucci, Ruy Pereira Camilo Junior e Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski

DIRETORIA

Presidente: Eduardo Foz Mange
Vice-Presidente: Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski
Diretor Administrativo: André Almeida Garcia
Diretora de Produtos e Serviços: Paula Lima Hyppolito dos Santos Oliveira
Diretor Financeiro: Antonio Carlos de Almeida Amendola
Diretora Jurídica: Clarisse Frechiani Lara Leite
Diretora Cultural: Flávia Hellmeister Clito Fornaciari Dórea
Diretora Adjunta: Renata Castello Branco Mariz de Oliveira
Diretor Adjunto: Antonio Carlos de Oliveira Freitas

PRODUÇÃO EDITORIAL

AASP – Associação dos Advogados
Diretor Responsável: André Almeida Garcia
Jornalista Responsável: Bruna Ancheschi (MTB 49.383/SP)
Organização: Rosiane Sousa
Capa e editoração: Rene Bueno e Daniela Jardim
Edição: William Alves de Assis
Revisão: Elza Doring e Raura Ikeda
Redação: Carolina Machado, Christiane Beller, Letícia Zerbato e Rosiane Sousa
Colaboração: Karolina Golçalves Barros e Silva, Rauan Santos e Yan Barcellos Sanchez
Tiragem impressa: 8.514 exemplares
Tiragem eletrônica: 61.168 exemplares

CONTATO

WhatsApp: (11) 94118 0516
Tels.: (11) 3291 9200* / 0800 777 5656**

*Capital e região metropolitana de São Paulo.
**Outras localidades; somente para telefone fixo.

SUGESTÃO DE PAUTA

aasp.boletim@aasp.org.br

editado
desde 1945 >>>>

A reprodução, no todo ou parte, de matéria publicada nesta edição do Boletim AASP só é permitida desde que citada a fonte.

O posicionamento dos convidados desta edição não necessariamente reflete o entendimento da AASP sobre os temas pautados.



04 AASP EM AÇÃO

Reunião das entidades representativas da Advocacia com a Receita Federal do Brasil



05 EM PAUTA

Dez anos de pontificado de Francisco



07 CURTAS



08 JUDICIÁRIO

CNJ – XIV Edição do Prêmio Conciliar é Legal e a XVIII Semana Nacional da Conciliação
CJF – Cooperação jurídica internacional em matéria cível e penal
CJF – Tese sobre a concessão do auxílio emergencial
TRT-18 – Tese sobre impenhorabilidade de salário
TJBA – Tramitação de precatórios
TJES – Ouvidoria da Mulher
TJMT – Adequação dos cartórios à LGPD
TJPE – Central de Distribuição de Queixas e Petições Iniciais
TJPE – Retorno do SEI
TJRS – Teletrabalho
TJSP – Publicações



10 LEGISLAÇÃO



11 JURISPRUDÊNCIA

Advocacia em prol da saúde dos pets



12 PONTO DE VISTA

Implicações da decisão do STF sobre a linguagem neutra



20 INOVAÇÃO & CARREIRA

Documentos têm prazo de validade



22 INCLUSÃO EM FOCO

“E aqueles que foram vistos dançando foram julgados insanos por aqueles que não podiam escutar a música.”
(Friedrich Nietzsche)



24 SÍNDROME DO IMPOSTOR

Baixa autoestima intelectual é uma das principais causas da Síndrome do Impostor



25 VARIEDADES



26 EXPEDIENTE



26 ÉTICA PROFISSIONAL



27 INDICADORES



Reunião das entidades representativas da Advocacia com a Receita Federal do Brasil

Entidades representativas da Advocacia se reuniram com Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), e outros membros do referido órgão para tratar da Medida Provisória (MP) nº 1.160/2023. Na ocasião, a AASP foi representada pelo seu Diretor Financeiro, Antonio Amendola.

Além da AASP, também participaram da reunião: Gustavo Brigagão, Presidente do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (Cesa); Heleno Torres, Presidente da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF); Marcelo Magalhães Peixoto, Presidente da Associação Paulista de Estudos Tributários (Apet); Adilson Rodrigues, Presidente da Comissão de Direito Financeiro e Tributário do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB); Susy Hoffmann e Karem Jureidini Dias, Diretora de Comunicação e Presidente da Comissão de Direito Tributário do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), respectivamente; Eduardo Perez Salusse, Presidente do Movimento de Defesa da Advocacia (MDA); e Roberto Quiroga Mosquera, Presidente da Comissão de Direito Tributário da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional São Paulo (OAB-SP).

Durante a reunião, foram expostas à RFB a preocupação e a crítica da Advocacia com a forma que vem sendo apresentado ao público em geral o tema referente à composição paritária do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e ao resultado de julgamento favorável ao contribuinte na hipótese de empate. Também foi apontado que as premissas divulgadas como razões para edição da MP nº 1.160 não refletem a realidade, nem são adequadas, e que, ao cabo, o voto de qualidade resultará em maior litigiosidade. O aumento do valor mínimo de acesso ao Carf, estabelecido pela MP nº 1.160 – de 60 para 1.000 salários mínimos – também foi pauta da reunião, sendo demonstrado pelas instituições que a majoração improcede juridicamente como critério lógico de definição de baixa complexidade.

Na ocasião, todos concordaram com a necessidade de adoção de medidas de redução de litigiosidade, que busquem a duração razoável do processo administrativo, e a produção normativa fiscal da maior qualidade possível (mediante consultas públicas, inclusive), tudo a fim de proporcionar maior segurança jurídica e, por consequência, melhorar o ambiente de negócios no país.

PRESENÇA DIGITAL

Junte-se a nós



Facebook
/aasponline



Twitter
/aasp_online



LinkedIn
/aasp



Instagram
/aasponline



YouTube
/aasponline



Flickr
/aasp



TikTok
/aasponline

Dez anos de pontificado de Francisco



Em 2013, Jorge Mario Bergoglio foi eleito líder da Igreja Católica. Em 2015, começaram as mudanças no Direito Canônico.

Religião e sociedade são aspectos que se relacionam. Talvez seja difícil mensurar qual influência mais, entretanto, ao analisar a trajetória dos líderes religiosos de grandes congregações, como a católica neste caso, é possível listar temas importantes que mobilizam políticos, Estados e religiosos. O posicionamento de Jorge Mario Bergoglio acerca das crises globais o colocam em destaque. Eleito papa em 2013, adotou o nome de Francisco e começou as reformas na Igreja em 2015, alterando o Código de Direito Canônico.

“Sua encíclica *Laudato si’* é a mais alta expressão teológica e filosófica da ecologia radical. Não ficam atrás na profundidade e beleza a encíclica *Fratelli tutti* e a exortação apostólica *Evangelii gaudium*”, avalia Rubens Ricupero.

Em *Laudato si’*, o pontífice critica o consumismo e o desenvolvimento irresponsável. Faz também um apelo à mudança e à unificação global para combater a degradação ambiental e as alterações climáticas. Em *Fratelli tutti*, indica a fraternidade e a amizade social como caminho para construção de um mundo melhor, pacífico e com mais justiça. Em *Evangelii gaudium*, Francisco apresentou seu programa de pontificado voltado a uma igreja missionária e de portas abertas.

DIVORCIADOS

Modificou os cânones 1357 a 1377 do respectivo código sobre nulidade matrimonial, acolhendo divorciados. O processo é muito importante para os católicos, principalmente para aqueles que se encontram em segunda união, pois, enquanto o vínculo da primeira núncia não for declarado nulo, o fiel tem acesso limitado a alguns sacramentos. Na prática, anular a primeira união permite que os novos casais voltem a frequentar os locais de culto e praticar a fé católica.



Foto: Divulgação

RICARDO GAIOTTI SILVA

Advogado. Juiz eclesiástico. Professor universitário. Mestre em Direito pela PUC-SP e em Direito Canônico pela Universidade Pontifícia de Salamanca, na Espanha.



Foto: Divulgação

RUBENS RICUPERO

Advogado. Diplomata. Ex-Ministro. Presidente honorário do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial.



Ao longo dos últimos dez anos, Francisco enfrentou com novas leis internas os casos de **abuso sexual**, estabeleceu **acolhidas pastorais a gays e mulheres**, opôs-se à **cultura da indiferença** e militou pela causa dos **refugiados**.

MULHERES

A **violência contra as mulheres** recebeu atenção de Francisco, que, em diferentes momentos e lugares do mundo, se posicionou. Durante a primeira missa no Vaticano em 2022, ele comparou a violência contra as mulheres a uma “afronta a Deus”.

Em um tweet antes da missa de Ano Novo, escreveu: “Todos podem trabalhar juntos para construir um mundo mais pacífico, começando no coração das pessoas e nas relações na família, depois na sociedade e com o meio ambiente, até as relações entre os povos e as nações”.

PEDOFILIA

Publicada em 2016, a Carta Apostólica *Como uma mãe amorosa* trouxe a possibilidade da perda do ofício para bispos, padres e demais membros da Igreja, quando estes forem negligentes (por ação ou omissão) com os casos de abusos sexuais cometidos contra menores ou adultos vulneráveis.

AUSTERIDADE

Em 2018, uma nova norma – anunciada na Carta *Aprender a despedir-se* – estabeleceu a aposentadoria por idade para gestores: 75 anos. É a idade em que bispos e demais líderes devem apresentar sua renúncia. No mesmo ano, a pena de morte, que ainda constava de documentos doutrinários, foi abolida por meio da alteração no parágrafo nº 2267 do Catecismo.

A decisão combina com a dos países da União Europeia, que, após a repulsa da Organização das Nações Unidas (ONU), durante sua Assembleia Geral em 2007, aboliram a pena de morte.

“De um lado, o Papa Francisco, ao promover mudanças no Direito da Igreja, está tentando adaptar as estruturas jurídicas e administrativas da Igreja a temas do Direito Internacional, especialmente ao Direito da ONU e da União Europeia. Do outro lado, essas modificações jurídicas têm uma profunda dimensão ética e humanitária”, analisa Ricardo Gaiotti Silva.

Há dois anos, Francisco emitiu um decreto para cortar em 10% salários de cardeais e clérigos da Santa Sé. No início deste ano, revogou a isenção de pagamento de aluguel de cardeais, que, ao final dos atuais contratos, precisarão custear sua própria moradia. Outros altos funcionários que não eram isentos, mas recebiam subsídio, deixaram de ganhar o auxílio. Foram afetados pela medida os cardeais, os chefes de dicastérios (espécie de ministério da Cúria Romana), presidentes, secretários, subsecretários, dirigentes e cargos equivalentes, o que inclui também auditores do Tribunal da Rota Romana.



EM FOCO



O Direito Canônico é o ordenamento jurídico de ordens religiosas. A Igreja Luterana tem suas normas listadas no Livro de Concórdia, composto de dez documentos. Na Congregação Cristã no Brasil (CCB), há o Estatuto. A Igreja Metodista tem o Livro da Disciplina. Os católicos compilaram suas regras no Código de Direito Canônico.



EM FOCO



FÉ NA DEMOCRACIA

Não é a primeira vez que o Boletim aborda um tema ligado a uma religião. Na edição 3151, a reportagem de capa contou a experiência da advocacia que combate a intolerância contra religiões de matrizes africanas. Ela pode ser acessada pelo site da AASP.





QUINTOS MILIONÁRIOS



O Banco Central perdeu, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), uma disputa travada contra seus servidores e, segundo o sindicato da categoria, terá de desembolsar cerca de R\$ 170 milhões em complementação salarial. O pagamento refere-se à chamada incorporação de quintos. Pelo sistema – extinto pela Lei nº 9.527/1997, mas só regulamentado três anos depois –, funcionários em cargos de confiança podiam incorporar aos seus salários um quinto do valor correspondente à função comissionada a cada 12 meses de efetivo exercício.

IA PARA VICIAR



Vários distritos escolares dos EUA estão processando empresas de mídia social por suas supostas contribuições para a crise de saúde mental dos jovens. O processo alega que as empresas TikTok, YouTube, Instagram e Snapchat usaram inteligência artificial e aprendizado de máquina para projetar intencionalmente “suas plataformas para serem viciantes e fornecer conteúdo prejudicial aos jovens”. Detalhes da ação podem ser lidos aqui:



DESACOMPANHADOS



Dois anos após a publicação do Provimento do CNJ nº 103/2020, os sistemas de tecnologia foram integrados para possibilitar aos pais e tutores pedir a autorização para realização de viagens internacionais de filhos menores desacompanhados de forma on-line, por videoconferência, com tabelião de notas, por meio da plataforma e-notariado. Os interessados devem entrar em contato com o cartório de notas para o tabelionato agendar a videoconferência. É necessário ter o certificado digital notariado, que é emitido gratuitamente.

HOMOFOBIA



O líder do PT no Senado, Fabiano Contarato (ES), e o seu companheiro, Rodrigo Groberio, serão indenizados em R\$ 12, 7 mil cada um pelo Estado do Espírito Santo em razão de comentários de caráter homofóbico feitos por um Promotor durante o processo de adoção de um dos filhos do casal, em 2017. O Tribunal de Justiça do Espírito Santo condenou o Estado e a decisão já transitou em julgado.

COM ADVOGADO



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tornou obrigatória a atuação de advogado ou defensor público para a dissolução da união estável em Cartório de Registro Civil. A determinação consta no Provimento nº 141/2023.

DELEGACIA 24H



Sancionada a Lei nº 15.541/2023, que prevê o funcionamento 24 horas por dia, incluindo domingos e feriados, para as Delegacias da Mulher em todo o país. As mulheres que procurarem por atendimento deverão ser atendidas em salas privadas, preferencialmente por policiais do gênero feminino. O governo também aprovou a criação do programa de combate ao assédio sexual em órgãos públicos e em instituições privadas que prestem serviços ao governo.

ACORDO





Em abril, a Johnson & Johnson anunciou que pagará US\$ 8,9 bilhões nos próximos 25 anos para resolver as acusações de que o talco e outros produtos de talco da empresa causavam câncer. A empresa encerrou as vendas do produto em todo o mundo este ano após milhares de processos, pagou US\$ 7,4 bilhões em despesas de litígio entre 2020 e 2021, de acordo com o balanço anual, e anunciou que o litígio do talco foi o principal responsável pelos custos legais durante esses anos.

CNJ – XIV Edição do Prêmio Conciliar é Legal e a XVIII Semana Nacional da Conciliação

Portaria Presidência nº 91/2023

Regulamenta a XIV Edição do Prêmio Conciliar é Legal e a XVIII Semana Nacional da Conciliação no ano de 2023.

- XIV Prêmio Conciliar é Legal reconhecerá boas práticas em saúde, educação e trabalho. → 
- A XVIII Semana da Conciliação ocorrerá entre 6 e 10 de novembro de 2023. A campanha em prol da conciliação, realizada anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça desde 2006, envolve os Tribunais de Justiça, Tribunais do Trabalho e Tribunais Federais. → 

CJF – Cooperação jurídica internacional em matéria cível e penal

Por meio do Sistema Coopera, a equipe do Centro de Cooperação Jurídica Internacional (Cecint) realiza a análise técnica do pedido elaborado pela vara, encaminha documentos para tradução e envia o pedido ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública (DRCI/MJ), que é a autoridade central.

Depois disso, o Cecint acompanha a diligência até o seu efetivo cumprimento.

Basta fazer o cadastro no Sistema Coopera, preencher um dos formulários autoexplicativos de acordo com a matéria e enviar seu pedido.

Para mais informações, acesse a página do Cecint ou ligue para (61) 3022 7058.



Sistema
Coopera



Cadastro



Envio do
pedido



Página
Cecint

CJF – Tese sobre a concessão do auxílio emergencial

Tema nº 297

Situação do tema: Julgado

Ramo do Direito: Direito Administrativo

Questão submetida a julgamento: Saber se a condição estabelecida no art. 2º, inciso III, da Lei nº 13.982/2020, para fins de concessão residual de auxílio emergencial, pode ser satisfeita depois do requerimento administrativo realizado antes da data limite de 2/7/2020, mas dentro do prazo de prorrogação do benefício pelo Decreto nº 10.412/2020.

Tese firmada: É devido o auxílio emergencial quando comprovado o preenchimento do requisito do inciso III do art. 2º da Lei nº 13.982/2020, ainda que posteriormente à data limite de 2 de julho de 2020, desde que tomadas, dentro do prazo de prorrogação do auxílio emergencial residual previsto na Medida Provisória nº 1.000/2020, regulamentado pelo Decreto nº 10.488, de 2/9/2020, as seguintes iniciativas: (i) contestação extrajudicial nos termos da Lei nº 13.982/2020; (ii) contestação documental, no âmbito da Defensoria Pública da União, a teor da Medida Provisória nº 1.000, de 2/9/2020; (iii) propositura de ação judicial.

Processo: Pedilef nº 5066302-16.2020.4.04.7100-RS

Decisão de afetação: 16/12/2021

Relatora: Juíza Federal Luciane Merlin Clève Kravetz

Julgado em: 15/2/2023

Acórdão publicado em: 18/2/2023

Trânsito em julgado: 28/3/2023

TRT-18 – Tese sobre impenhorabilidade de salário

IRDR nº 0010066-47.2022.5.18.0000

Acesse a íntegra do acórdão: → 

SALÁRIOS E OUTRAS ESPÉCIES

SEMELHANTES. POSSIBILIDADE DE PENHORA.

ART. 833, INCISO IV, § 2º, DO CPC. A impenhorabilidade de salários e outras espécies semelhantes, prevista no art. 833, inciso IV, do CPC, deve ser excepcionada somente nas hipóteses em que as importâncias excedam a 50 salários mínimos mensais. DEJT de 7/3/2023.

Para acesso aos demais

temas aprovados, acesse: → 




TJBA – Tramitação de precatórios

Decreto Judiciário nº 106/2023

Dispõe sobre o processamento, a organização e o pagamento de precatórios no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia e dá outras providências.

TJES – Ouvidoria da Mulher

O atendimento da Ouvidoria da Mulher é oferecido tanto de forma virtual, por formulário, telefone ou correspondência, como de modo presencial, em local especialmente preparado e localizado no prédio da Corregedoria Geral da Justiça, na Enseada do Suá, em Vitória. Saiba mais em: 

TJMT – Adequação dos cartórios à LGPD

Provimento-TJMT/CGJ nº 3/2023


Dispõe sobre as diretrizes para o tratamento e proteção de dados pessoais pelos responsáveis pelos serviços extrajudiciais de notas e de registro de que trata o art. 236 da Constituição da República, no âmbito do Estado de Mato Grosso.

TJPE – Central de Distribuição de Queixas e Petições Iniciais

Portaria nº 7/2023

Revogação da Portaria nº 29/2022. Restabelecimento do horário de funcionamento da Central de Distribuição de Queixas e Petições Iniciais dos Juizados da Comarca de Paulista e dá outras providências.

TJPE – Retorno do SEI

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) agora é 4.0! Ele está mais abrangente, podendo se comunicar externamente ao TJPE para tramitação e acompanhamento virtual de expedientes administrativos. 

TJRS – Teletrabalho

Ato nº 7/2023-P

Dispõe sobre o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

TJSP – Publicações



Repertório de jurisprudência –
Seção de Direito Criminal



Alterações no regime de precatórios



Repertório de jurisprudência –
Seção de Direito Privado



Lei nº 14.532/2023 – Crimes
de racismo



Alterações na Lei de
Improbidade Administrativa



Lei nº 14.382/2022, que dispõe
sobre o Sistema Eletrônico dos
Registros Públicos

FEDERAL

CNLGBTQIA+

DECRETO Nº 11.471/2023

Institui o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras.

POLÍTICA PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

DECRETO Nº 11.472/2023

Altera o Decreto nº 9.894, de 27 de junho de 2019, que dispõe sobre o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

CONANDA

DECRETO Nº 11.473/2023

Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

CONSELHO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DECRETO Nº 11.474/2023

Dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

APRENDIZAGEM PROFISSIONAL

DECRETO Nº 11.479/2023

Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor sobre o direito à profissionalização de adolescentes e jovens por meio de programas de aprendizagem profissional.

CONAD

DECRETO Nº 11.480/2023

Dispõe sobre o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad).

CNDPI

DECRETO Nº 11.483/2023

Dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI).

CODEFAT

DECRETO Nº 11.496/2023

Dispõe sobre o Conselho Nacional do Trabalho, a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, a Comissão Tripartite Paritária Permanente, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fórum Nacional de Microcrédito.

ALTERAÇÃO DO ECA

LEI Nº 14.548/2023

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para compatibilizá-la com a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, que criou o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, e com a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, que instituiu a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e criou o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

USO CONSCIENTE DA ÁGUA

LEI Nº 14.549/2023

Institui a Semana Nacional do Uso Consciente da Água.

ALTERAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA

LEI Nº 14.550/2023

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da lei.

ESTADUAL

SÃO PAULO

PEIPTEA

DECRETO Nº 67.634/2023

Institui o Plano Estadual Integrado para Pessoas com Transtorno do

Espectro do Autismo (PEIPTEA) e dá providências correlatas.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE ESTADUAL

DECRETO Nº 67.635/2023

Dispõe sobre a Educação Especial na rede estadual de ensino e dá providências correlatas.

POLÍTICA ESTADUAL SOBRE DROGAS

DECRETO Nº 67.642/2023

Regulamenta a Lei nº 17.183, de 18 de outubro de 2019, que institui a Política Estadual sobre Drogas, e dá providências correlatas.

VALIDADE DE LAUDO MÉDICO

LEI Nº 17.669/2023

Dispõe sobre o prazo de validade do laudo médico pericial que atesta o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

MUNICIPAL

SÃO PAULO

CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA

LEI Nº 17.923/2023

Institui a Política Municipal de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua, e dá outras providências.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CÓDIGO DE ÉTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 261/2023

Institui o Código de Ética do Ministério Público brasileiro.

Advocacia em prol da saúde dos pets

Causa judicial ganha em Salvador obriga plano de saúde animal a custear quimioterapia de pet.

O amor aos pets é imensurável, e a doação de carinho, cuidados e atenção de seus donos para com eles é felizmente genuína e valorosa. Pelos pets, os donos se mobilizam para oferecer o melhor em carinho, cuidados, amor e saúde. E, se for preciso, vão até o Judiciário para lutar por eles. Esse é o caso da cachorra Balu, de sete anos, que foi diagnosticada com linfoma nodal e que, para o desespero de sua tutora, não tinha seu tratamento na lista de cobertura contratual do seu convênio pet.

No momento da contratação do convênio pet, o tutor espera não ter preocupações financeiras futuras que possam impedir o conforto do assistido e a aplicação do que for preciso para qualquer atendimento que se faça necessário.

No Processo nº 0175653-32.2022.8.05.0001, que tramitou na 14ª Vara do Sistema dos Juizados Especiais do Consumidor da Comarca de Salvador-BA, pleiteou-se a cobertura do tratamento e felizmente a tutora teve o retorno favorável para a causa, sentenciada pelo Juiz leigo Yuri Luiz Rodrigues Evangelista, homologado pela Juíza de Direito Dália Zaro Queiroz, que entendeu que “[...] A proteção dos animais é protegida pela Carta Magna e deve ser observada no caso em destaque”.

O desafio foi grande, uma vez que a Justiça brasileira ainda não tem regulamentação e leis específicas para pets e para convênios de saúde animal, o que não pode servir de lacuna para negligenciarem direitos fundamentais previstos na nossa Constituição.

Boa parte dos planos de saúde tem contratos leoninos, retirando, por exemplo, a obrigação do plano de cobrir o tratamento da maior parte das doenças, inclusive doenças congênitas, que praticamente todos os cães de raça têm. Todavia, o tutor só se dá conta disso no momento mais difícil, que é quando o seu animal está doente e precisa de tratamento para a manutenção da sua vida.

O amor aos animais impulsiona o mercado brasileiro em torno de produtos e serviços, e se expande anualmente com números muito significativos. Para se ter ideia, uma pesquisa



Foto: Divulgação

JOÃO ROSETTI FILHO

Graduado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em Direito do Consumidor. Associado AASP desde 2015.

da União Internacional Protetora dos Animais (Uipa) indica que, em 2020, a procura por adoção de animais aumentou 400%. Isso no primeiro trimestre, o que pode ter sido alavancado pela pandemia.

Os números expressivos não param de crescer desde então. O Brasil é um mercado que movimenta mais de R\$ 30 bilhões por ano, representando 0,36% do PIB brasileiro. E não para por aí: o Brasil é o terceiro maior país em população total de animais de estimação, de acordo com os dados da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (Abinpet).

Há em tramitação no Congresso o Projeto de Lei nº 2.888/2019, que busca essa regulamentação dos planos de saúde. O direito dos animais deve ser revisto pela Justiça, e uma condução mais enérgica do assunto deve ser assumida pelos responsáveis.

O contrato da causa citada aqui, por exemplo, extinguiu doenças congênitas e crônicas, o que acaba restringindo bastante o tipo de serviço coberto pela seguradora. Por meio de um laudo de médico veterinário, foi possível comprovar o tipo de câncer como doença crônica responsável por, segundo artigo científico publicado pelo Hospital Veterinário VetSet, limitar a expectativa de vida do animal em quatro a seis semanas se não for submetido ao tratamento quimioterápico, tornando o contrato extremamente limitante ao incluir expressamente a “enfermidade oncológica” como uma das principais exclusões. Diante disso, inviabiliza-se tal espécie de negativa, ainda que contratual, uma vez que a expectativa das pesquisas médicas é de que, infelizmente, um a cada cinco cachorros desenvolverá a doença, destoando da função social de contrato destinado a prestar assistência para animais, sendo este o de preservação integral das suas saúdes.

Implicações da decisão do STF sobre a linguagem neutra

Pequenas mudanças trazem grandes significados para grupos minorizados.

Ao considerar inconstitucional a lei de Rondônia que proibia o uso de pronomes neutros nas escolas e concursos públicos, o Supremo Tribunal Federal (STF) coloca em evidência a representatividade de grupos minorizados. A linguagem neutra, também conhecida como linguagem não binária ou linguagem inclusiva, evita o uso dos gêneros tradicionalmente aceitos pela sociedade como masculino e feminino, com o intuito de tornar a comunicação mais inclusiva e menos sexista.

A decisão do STF tem repercussão geral e impacta diretamente outros três Estados (Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul) e duas capitais (Manaus e Porto Alegre), que promulgaram leis semelhantes à de Rondônia, além de minar a intenção de muitos outros parlamentares. Um levantamento da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) mostrou que, de janeiro de 2020 a fevereiro de 2022, o Brasil contava com 45 projetos de lei que propunham a proibição da linguagem inclusiva nas escolas.

Para os grupos minorizados, foi mais uma vitória pelo reconhecimento de seus direitos. O STF tem uma jurisprudência reconhecida contra a discriminação. Em 2011, reconheceu por unanimidade a união estável

entre casais do mesmo sexo (ADI nº 4.277 e ADPF nº 132). Em 2018, pronunciou-se a favor do uso do nome social por pessoas trans (**ADI nº 4.275 e RE nº 670.422**). Em 2019, enquadrou homofobia e transfobia como crimes de racismo (ADO nº 26).

Para quem estuda o tema, está nas salas de aula ou enfrenta diariamente o preconceito, a linguagem neutra motiva a reflexão e o respeito.

Como analisa a questão pós-julgamento do STF e quais são os desafios para a aplicação de uma linguagem neutra no meio acadêmico, sendo este um dos mais formais e um dos mais resistentes a incorporar novidades linguísticas vindas de práticas coloquiais?

DEBORA GEPP: A linguagem neutra ainda é um tema pouco difundido de forma positiva na nossa sociedade, o que gera espaço para um conhecimento equivocado do tema e permeado de preconceito contra a população LGBTQIAP+. O primeiro passo é entender que a linguagem neutra tem duas funções: a primeira é a de reconhecer a existência de mais de dois gêneros, no caso, o gênero não binário, e também de apresentar uma nova forma de generalização do gênero na língua, a fim de representar todos os gêneros quando nos dirigimos a um coletivo de pessoas.

No que tange à primeira função citada, é fundamental o uso da linguagem neutra e seus respectivos pronomes (ile-dile ou elu-delu) para a tratativa correta com as pessoas não binárias, ou seja, o uso da linguagem neutra no tratamento individual.

Em 2021, a Nature revelou o resultado de uma pesquisa que estima que em 1,19% da população brasileira adulta que se identifica com o gênero não binário não se identifica nem com o feminino, nem o masculino. Sendo assim, a decisão acertada, de forma unânime, do STF também respeita a Lei nº 7.716/1989, que criminaliza, além do racismo, a LGBTQIAP+fobia.

Conforme declarou o Ministro Celso de Mello em seu voto: "Direitos relativos à orientação sexual e à identidade de gênero são reconhecidos, hoje, nacional e internacionalmente, como essenciais para a dignidade e humanidade da pessoa humana, integrando o núcleo dos direitos à igualdade e à não discriminação", ou seja, o crime de LGBTQIAP+fobia e o desrespeito à linguagem neutra e aos pronomes neutros se conectam a partir do momento em que não tratar uma pessoa trans ou não binária no seu gênero se enquadra como uma forma de discriminação e ameaça à igualdade de direitos. O outro objetivo citado na linguagem neutra é oferecer uma nova opção para generalizar o gênero quando

nos comunicamos com um coletivo de pessoas, por exemplo, usando “todes”. Como mencionado, é uma opção. A língua portuguesa também pode ser explorada de forma criativa arranjando as palavras de tal forma a não determinar gênero, por exemplo, “todas as pessoas” em vez de “todos” ou “todes”.

Sabemos que há muitos setores da nossa sociedade que não entendem a importância da linguagem neutra e, muitas vezes, além de ignorá-la, trabalham contra a sua existência, sobretudo os setores mais conservadores. Sendo a linguagem neutra uma linguagem coloquial, entendemos que ela, ao lado de outras mudanças na língua, está em compasso com a dinâmica espontânea da humanidade. Um exemplo é a incorporação de termos de tecnologia, como “plugar”. A língua culta tem como uma de suas funções a preservação do idioma e suas regras, e é compreensível a resistência à mudança por parte dos acadêmicos, já que eles são agentes dessa manutenção e entendem a mudança da língua portuguesa de forma mais lenta e regrada. De qualquer forma, é importante destacar que parte da resistência acadêmica pode, também, ter como origem a LGBTQIAP+fobia e o não reconhecimento da existência de pessoas não binárias. Os desafios para aplicar a linguagem neutra nesse meio acompanham a evolução da discussão do tema e o amplo entendimento das motivações da sua existência. Acredito que a incorporação da linguagem neutra na academia já existe, mas, assim como a linguagem coloquial, irá evoluir de forma orgânica, enfrentando resistências e propiciando importantes discussões sobre a pauta.

LARA BRENNER: Quanto ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), embora o principal ponto da decisão tenha sido a competência, o relator – Ministro Fachin – deixou cristalino seu entendimento sobre o mérito:

“A chamada ‘linguagem neutra’ ou ainda ‘linguagem inclusiva’ visa combater preconceitos linguísticos, retirando vieses que usualmente subordinam um gênero em relação a outro. A sua adoção tem sido frequente sobretudo em órgãos públicos de diversos países e organizações internacionais. Sendo esse o objetivo da linguagem inclusiva, é difícil imaginar que a sua proibição possa ser constitucionalmente compatível com a liberdade de expressão.”

Como se sabe, nada que o STF diga processualmente é inerte, de maneira que essa manifestação pessoal de apreço pela linguagem supostamente neutra certamente trará impacto ao Judiciário em ações futuras.

Quanto ao meio acadêmico, conhecido por sua formalidade, é justamente nele que mais ressoam as teorias referentes a gênero supostamente neutro no idioma. Esse movimento não surgiu espontaneamente nas ruas, mas foi difundido verticalmente a partir de teorias de gênero humano, cujo ápice está na obra da filósofa estadunidense Judith Butler.

Na academia, é absolutamente comum a circulação de e-mails enviados por professores com “boa tarde a todes” ou “olá, alunxs”, bem como a colocação de faixas com “bem-vindes, caloures”. Informalmente, portanto, já se trata de uma realidade. Aos poucos, também as “produções acadêmicas” têm sido marcadas por isso. O curioso é perceber a dificuldade dessas pessoas em manter um discurso com mais de dois minutos em linguagem tida como neutra. Não é difícil imaginar por quê. Em um exemplo de fala trivial, ter-se-ia o seguinte:

“TODES ES MENINES que estão na fase da adolescência necessitam de bastante atenção, porque ELUS lidam com inúmeras dificuldades nesse período de transição para a vida adulta. SUES AMIGUES, também nessa fase, por passarem pelo mesmo, não são SUES melhores CONSELHEIRES, de modo que UME ADULTE certamente deve se fazer presente para prestar assistência a ELUS. Nessas horas, em ambiente escolar, MUITES DES PROFESSORIES servem como VERDADEIRES PSICÓLOGUES – e ESTUS profissionais devem ter muita paciência e carinho com AQUELUS (ES ALUNES ADOLESCENTES).”

Pontua-se que os próprios defensores da linguagem neutra não têm consenso entre si. Alguns defendem o dever de usar, por exemplo, “Bom dia a todos, todas e todes. É uma alegria recebê-los, recebê-las e recebê-les. Espero que estejam todos, todas e todes atentos, atentas e atentes ao que vou dizer”. Outros, por sua vez, defendem que “Bom dia a todes. É uma alegria recebê-les. Espero que estejam todes atentes” já é suficiente. Isso é uma clara agressão à estrutura morfológica de nossa língua, e tudo o que intuitivamente fere a gramática internalizada do falante é rechaçado por ele; essa rejeição nada tem a ver com preconceito de ordem biopsicossocial, pois o usuário da língua tem como principal objetivo uma comunicação clara, que atinja o maior número possível de indivíduos que dominam o mesmo código usado por ele, independentemente de como ele se identifica biopsicossocialmente. Quando se subverte a estrutura de um código linguístico, ocorre o que se chama de **agramaticalidade**, isto é, a ausência de características próprias de uma língua. Daí a razão pela qual os próprios defensores da linguagem supostamente neutra se confundem tanto para usá-la. Como se não bastasse, vale dizer que o argumento se contradiz em sua própria origem. Ao forçar a ligação direta e obrigatória entre o gênero sexual e o gênero da palavra, cria-se o seguinte problema: afirma-se atualmente que há dezenas de gêneros biopsicossociais além do masculino e do feminino (como queer, agênero, andrógeno, gênero fluido, bigênero, etc.), deveria haver, por uma questão de paridade, uma terminação para cada um dos gêneros. Ora, se o feminino tem um gênero para si (terminado em -a, como “todas”), o masculino tem um gênero para si (terminado em -o, como “todos”), então todos os que não se encaixam em masculino e feminino aceitariam para si um gênero só (terminado em -e, como



“todes”)? Onde estaria a distinção? Aceitariam os não binários terem todas as suas diferenças neutralizadas em um singelo “-e”? Por dedução lógica, portanto, deveríamos criar uma terminação para cada uma das dezenas de gêneros, não é? Evidentemente, não. O argumento é contraditório desde o berço.

LUANDA PIRES: Por ser um caso de repercussão geral, após a declaração da inconstitucionalidade na ADI nº 7.019, toda e qualquer legislação estadual que proíba o uso da linguagem neutra em instituições de ensino e editais de concurso público, em razão de vício de competência, é inconstitucional.

Logo, pode ser objeto de ação, pois o entendimento está formado: muito embora a competência para legislar sobre a matéria seja concorrente, as leis estaduais não podem estabelecer regras específicas sobre o modo de utilização da língua portuguesa, mas, sim, obedecer às normativas gerais federais – neste caso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996). Por outro lado, como em toda decisão que protege direitos fundamentais dos grupos historicamente minorizados e visa à inclusão dessas pessoas, garantindo o exercício de suas humanidades, sabemos que, infelizmente, a declaração de inconstitucionalidade por si só não garantirá ou facilitará a utilização da linguagem neutra nos ambientes acadêmicos, que ainda são majoritariamente ocupados por pessoas brancas, heterossexuais e cisnormativas.

MELINA GIRARDI FACHIN: O movimento LGBTQIAP+ é um processo de luta e resistência por espaço igualitário e promoção de direitos. Parcela do movimento tem questionado o binarismo presente na língua portuguesa e reivindicado uma forma de se comunicar que inclua mulheres e pessoas não binárias, evitando o uso do gênero masculino universal, a fim de promover a igualdade e evitar exclusões.

Ainda que o português falado hoje não seja igual ao de nossos antecedentes, algumas mudanças geram mais críticas que outras, como é o caso da linguagem inclusiva, o que demonstra o preconceito estrutural de certos setores da sociedade.

Desde o ano de 2020, tem sido observado um aumento de projetos de lei (PL) que associam a utilização da linguagem neutra com suposta “ideologia de gênero”. Esses PLs têm claras proibições quanto à utilização de variações linguísticas em escolas públicas e privadas, além da vedação em materiais didáticos e atividades culturais.

A inconstitucionalidade flagrante de tais iniciativas legislativas já foi reconhecida pelo STF, que, no dia 9 de fevereiro de 2023, formou maioria para declarar inconstitucional a Lei Estadual nº 5.123, de 2021, do Estado de Rondônia, que proíbe expressamente a linguagem neutra na grade curricular e material didático de instituições de ensino público ou privado, assim

como em editais de concursos públicos. Para o autor do aludido PL, a linguagem não binária ou inclusiva é uma “verdadeira deturpação da língua portuguesa”.

Ainda que decidido sobre a questão, outras iniciativas que surgiram ou surgirão não podem ter outra sorte, já que são marca da intolerância, da discriminação, da negação da diversidade, da liberdade de aprender e ensinar e do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

A neutralidade – pelo menos no quesito linguagem – é possível?

DEBORA GEPP: Sim, e ela já existe na linguagem coloquial. Hoje temos a possibilidade de fazer uma comunicação inclusiva em relação a gênero utilizando a linguagem neutra, ou seja, o “e”, ou a linguagem que busca palavras que não indiquem o gênero como “todas as pessoas”, por exemplo. Um aspecto importante dessa discussão é que ela amplia o conhecimento da população sobre as pessoas LGBTQIAP+ e, sobretudo, sobre as pessoas não binárias.

LARA BRENNER: Não apenas é possível como sempre existiu em língua portuguesa. Todos os falantes intuitivamente reconhecem tal fenômeno, dada a razão a seguir.

O gênero gramatical masculino (ou seja, o gênero **da palavra**; não confundir com “gênero” humano) não corresponde só e obrigatoriamente a pessoas do sexo masculino, mas também a um público misto ou genérico, caso em que passa a ter um caráter neutralizador do ponto de vista sexual, ou seja, quando se diz, por exemplo, que “O brasileiro lê pouco”, não se está querendo dizer que só os brasileiros do sexo masculino leem pouco, e sim que “brasileiros e brasileiras” leem pouco. Essa é uma forma de neutralização gramatical para abarcar ambos os sexos.

Diferentemente do que se costuma dizer, isso não tem absolutamente nada a ver com “machismo estrutural”: todos sabemos que o português (como língua neolatina) deriva do latim. Nessa língua antiga, havia três gêneros: masculino, feminino e neutro. Com a evolução/transformação natural, orgânica, espontânea e socialmente compartilhada (e não por imposição) da língua, as formas neutras latinas, por semelhança fonética às masculinas, passaram a fazer parte do gênero masculino. Não faz o menor sentido imaginar que a língua latina fosse inicialmente inclusiva e, subitamente, tenha se transformado em uma língua segregadora de gênero. Tratou-se de mudança espontânea adotada pelos falantes. Esse tipo de movimento para economia linguística é normal em todos os idiomas. Ressalta-se que a língua portuguesa nem existia quando se deu tal fenômeno; esse sistema foi apenas herdado por nós. Logo, toda palavra portuguesa que representa uma neutralidade sexual se encaixa no gênero **gramatical** (não confundir com “gênero” humano) masculino.

Portanto, afirmar que houve uma escolha heteropatriarcal do gênero masculino para representar ao mesmo tempo “homens e mulheres” é uma ignorância, motivada pela confusão existente sobre a palavra “gênero”. Por isso é preciso esclarecer a diferença entre “sexo”, “gênero biopsicossocial” e “gênero gramatical”.

LUANDA PIRES: O governo federal, por meio da Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), que é gerido pelo Professor Silvio Almeida, tem institucionalizado a utilização da linguagem neutra e inclusiva, garantindo não só que a comunicação do governo seja pautada nessa linguagem, como também sejam realizados cursos de letramento para as pessoas servidoras – deixando evidente que a utilização da linguagem neutra não só é possível como, por se tratar de respeito às humanidades, deve estar presente e ser tema central de qualquer ambiente de convivência social. E, para fazer isso, é simples. Basta utilizar o sistema “ILE”, criado por Pri Bertucci, e trocar os artigos “o” e “a”, utilizados para definir o gênero (de forma binária) da pessoa sujeita da oração, pelo “e”. Assim, em vez de falarmos “advogado” ou “advogada”; “todos” ou “todas”; falamos “advogade” e “todes”, por exemplo.

Como e por que usar linguagem neutra no dia a dia?

DEBORA GEPP: Não apenas a linguagem neutra é importante, mas o conceito de comunicação inclusiva também. A comunicação não se limita apenas a um meio para troca de informações entre dois ou mais interlocutores. Ela tem o potencial de significar valor para pessoas, grupos e demais categorias sociais. Assim como outros campos estruturantes da nossa sociedade, a comunicação foi construída com base em conceitos e crenças, entre eles, os fenômenos excludentes, discriminatórios e que invisibilizam grupos minorizados, como o capacitismo, classismo, colonialismo, etarismo, etnocentrismo, gordofobia, heterocisnormatividade, LGBTQIAP+fobia, machismo, racismo, sexismo, entre outros. Sendo a comunicação um organismo vivo e um dos fatores-chave que moldam a cultura da sociedade e das organizações, precisamos ter um olhar empático e intencional a fim de rever a forma como nos comunicamos e como podemos desconstruir esse meio, de forma a valorizar a diversidade humana e não reproduzir violências, opressões e perpetuação de sistemas de discriminação negativa. Em relação à linguagem neutra, é cada vez mais comum a discussão sobre o uso dessa linguagem para generalizar os gêneros na comunicação, pois a generalização no masculino invisibiliza tanto mulheres como pessoas não binárias. Há duas formas inclusivas de generalizar o gênero: 1) compor uma frase com palavras que não indiquem o gênero e 2) utilizar o sistema “ile”, por exemplo, “todes”. Importante reforçar que o uso de “@”

e “x” não é indicado por não ser pronunciável e não ser acessível para pessoas que utilizam acessibilidade para leituras de texto.

LARA BRENNER: A liberdade de expressão é garantida em nossa Constituição. Querendo, que a pessoa fale como quiser, contanto que sejam respeitados os direitos alheios de não aderir a isso, bem como a educação formal escolar. Não há um “como”: qualquer “como” seria levantado como uma imposição à liberdade individual.

Quanto à sala de aula, frise-se que as implicações da adoção de uma linguagem artificial ferem o princípio dinâmico e orgânico de mudanças ocorridas na língua ao longo do tempo, as quais têm adesão espontânea a partir do uso compartilhado por toda a sociedade. Tentar impor o ensino de um dialeto artificial aos alunos em fase de desenvolvimento linguístico-gramatical significa ignorar a própria natureza da fonologia e morfologia do Português (ou de qualquer língua). Não é à toa que o gramático Evanildo Bechara, ocupante da 33ª cadeira da Academia Brasileira de Letras (ABL), afirma: “A gramática é como um edifício, você mexe na parte externa, que é a pintura, que são as palavras, mas não na estrutura, na parte interna”.¹

As mudanças linguísticas são sempre um processo espontâneo por meio de uso e adesão constante da maioria da sociedade, sem nenhum tipo de imposição ou grito, daí a preocupação dos estudiosos sérios a respeito da ventilação da hipótese de haver esse ensino formalmente em sala de aula.

LUANDA PIRES: Outra maneira simples de utilizar uma linguagem inclusiva e que passei a utilizar no meu vocabulário é devolver de forma literal a humanidade que há muito, enquanto sociedade, retiramos dessas pessoas. Assim, em vez de forçar a definição de gênero de outra pessoa, partindo de uma leitura social enviesada, utilizo a palavra “pessoa” e utilizo o gênero feminino, estipulado pela gramática: “a pessoa advogada”, “todas as pessoas”. Utilizar uma linguagem neutra e inclusiva é fácil, o difícil é desconstruir essa mentalidade discriminatória que ainda pauta a vida em sociedade.

MELINA GIRARDI FACHIN: Os desafios são crescentes e a decisão do STF não põe fim ao debate. A prefeita do município Rancho Queimado (SC) anunciou, no dia 8 de fevereiro de 2023, um PL proibindo o uso de “pronomes neutros” nas escolas, argumentando que “a gente fala para todos, a gente não fala para todes”. A iniciativa não está isolada. No Estado do Paraná, deputados estaduais aprovaram o PL nº 21.362/2023,

1 VILADARGA, Vicente. A língua sob pressão. *IstoÉ*, 30 jul. 2021. Disponível em: <https://istoe.com.br/a-lingua-sob-pressao>. Acesso em: 4 abr. 2023.



que impede a utilização da linguagem inclusiva em qualquer nível institucional; em Mato Grosso do Sul, foi sancionada uma lei que torna obrigatório o uso da norma culta da língua portuguesa em documentos oficiais e materiais didáticos no ambiente escolar; em Belo Horizonte (MG), Joinville (SC) e Juiz de Fora (MG) há também projetos que proíbem a linguagem neutra. A linguagem inclusiva, como decidiu o STF, expressa elemento essencial da dignidade das pessoas, e “como tal, cabe ao Estado apenas o papel de reconhecê-la, nunca de constituí-la”. Portanto, é nosso dever incorporá-la no cotidiano para dar acolhimento àquelas e àqueles que não se sentem representados pelo masculino universal, até porque ele, de fato, não representa a todes!

Para quem quer começar a adotar a linguagem neutra, onde é possível adquirir mais conhecimento sobre esse assunto?

DEBORA GEPP: Eu indico o trabalho de Pri Bertucci, que criou a linguagem neutra no português e sua iniciativa chamada Diversity BBOX. Ele tem diversos cursos e materiais sobre o tema que visam orientar e educar as pessoas sobre a importância de uma linguagem neutra e inclusiva, entre eles o livro *Manifesto Ele*. Também indico o livro *Diversidade e inclusão e suas dimensões*, do qual sou coautora e tive a oportunidade de escrever um capítulo sobre comunicação inclusiva.



Foto: Divulgação

DEBORA GEPP

Socióloga formada pela Universidade Federal de São Paulo e certificada pela Stanford University no LGBTQ Executive Leadership Program. Possui mais de 9 anos de experiência na gestão de programas de diversidade e inclusão em empresas, é cofundadora da Rede Brasileira de Mulheres LBTQ. É a vencedora do 2020 Out and Equal Awards por seu trabalho na inclusão LGBTQIAP+ no local de trabalho e fez parte da corte de 2022 da Columbia Women's Leadership Network.



Foto: Divulgação

LARA BRENNER

Advogada, graduada pela PUC-GO. Pós-graduada em Direito Eleitoral pela UFG-GO e em Administração de Empresas pela FGV. Professora de Língua Portuguesa. Fundadora do Expressando Direito – Curso Prático de Português Jurídico – e do Texto Irresistível – Curso de Gramática Normativa e Boa Escrita.



Foto: Divulgação

LUANDA PIRES

Advogada. Especialista em Direito Antidiscriminatório, Cultura Inclusiva & Diversidade. Presidenta da Comissão de Direito Antidiscriminatório do IASP. Secretária-Geral da Comissão de Igualdade Racial da OAB-SP – Subseção Pinheiros. Cofundadora e atual Presidenta da Associação Brasileira de Mulheres Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABMLBTI). Diretora do Me Too Brasil e do Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero (GADvS).



Foto: Divulgação

MELINA GIRARDI FACHIN

Professora de graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito da UFPR. Pós-doutoramento pela Universidade de Coimbra no Instituto de Direitos Humanos e Democracia. Doutora em Direito Constitucional com ênfase em direitos humanos pela PUC-SP. Visiting researcher da Harvard Law School. Mestre em Direitos Humanos pela PUC-SP. Bacharel em Direito pela UFPR.

2011

Em 2011, o STF reconheceu por unanimidade a união estável entre casais do mesmo sexo (ADI nº 4.277 e ADPF nº 132).



Ação Direta de Inconstitucionalidade
nº 4.277 – Distrito Federal



Arguição de Descumprimento
de Preceito Fundamental nº 132
Rio de Janeiro

2018

Em 2018, pronunciou-se a favor do uso do nome social por pessoas trans (ADI nº 4.275 e RE nº 670.422).



Ação Direta de Inconstitucionalidade
nº 4.275 – Distrito Federal



Repercussão Geral no Recurso
Extraordinário nº 670.422 – Rio Grande
do Sul

2019

Em 2019, enquadrrou homofobia e transfobia como crimes de racismo (ADO nº 26).



Ação Direta de Inconstitucionalidade
por Omissão nº 26 – Distrito Federal



EM FOCO



SIGNIFICADO

A sigla LGBTQIAP+ significa
lésbicas, gays, bissexuais, travestis,
transexuais, transgêneros,
queers, intersexuais, assexuais,
pansexuais e +, que simboliza
gêneros/sexualidade não
contemplados nessas letras.

Língua e linguagem são conceitos diferentes

A linguagem neutra tem causado grandes embates entre os que a defendem e os que não a aceitam. A discussão é justa num país democrático como o nosso, mas é preciso observar que há problemas sérios quanto à proposta de criação de um gênero neutro na língua portuguesa, explica a professora Maria Teresa Hellmeister Fornaciari.

“Necessário salientar que, na comunicação verbal, não admitir como sinônimos os conceitos linguísticos “língua” e “linguagem” é ponto de partida para a análise da questão. Fica mais esclarecedor refletir sobre o uso ou não da linguagem neutra distinguindo-os simplificada e à luz da doutrina de Roman Jakobson: língua é código, ou uma espécie de “depósito” onde se encontram todas as palavras de que dispomos para nossa comunicação, e linguagem é canal de comunicação, ou seja, linguagem oral e linguagem escrita”, enfatiza a especialista.

Maria Teresa ainda reforça o seu ponto de vista ao dizer que essa neutralidade associa-se, no momento, muito mais à “linguagem” que à “língua”.



EM FOCO



DIVERSIDADE E INCLUSÃO
E SUAS DIMENSÕES

Alguns artigos dessa obra estão
disponíveis para leitura:





"Pessoas são livres para utilizar essa linguagem neutra não só em momentos de fala, mas também em textos escritos informais, apesar de que a mudança da linguagem, acredito, não vai mudar nem suas condições sociais, nem a natureza das pessoas preconceituosas."

Para a professora, a língua é independente da ideologia e da política porque é "viva", muda espontaneamente com suas próprias ferramentas concretas.

"Impor alterações a ela é agredir sua natureza. Qualquer mudança de sua estrutura gramatical binária requer estudos profundos, comprometidos com esse caráter espontâneo, essencial para suas características intrínsecas", esclarece.

Textos formais devem seguir a norma culta da língua

Como a linguagem escrita formal respeita a integridade da língua que segue os padrões da norma culta, convém que os textos acadêmicos, bem como todos os demais textos que se orientam por essas regras gramaticais definidas com objetivo de buscar clareza, concisão e unidade, não se vejam mesclados com o gênero neutro.

Isso não impede que se deixe de discutir o gênero neutro nas escolas ou que não se respeitem aqueles que o utilizem em situações de informalidade. Isso não impede também que, no futuro, as regras sejam alteradas, da mesma forma como aconteceu quando o gênero neutro, que existia no latim, foi banido quando surgiu o português arcaico.



*A língua é minha pátria
E eu não tenho pátria, tenho mátria
E quero fratria*
Caetano Veloso



Ainda sobre a linguagem neutra, Maria Teresa conclui seu pensamento ressaltando que é preciso dar tempo ao tempo, mas, por enquanto, cumpre-se que, no texto escrito formal dos concursos, dos textos jurídicos, dos documentos oficiais e das ciências em geral, que fazem uso da norma culta, não se empregue o gênero neutro.



Foto: Divulgação

**MARIA TERESA
HELLMEISTER FORNACIARI**
Professora e escritora. Mestre em
Língua Portuguesa pela PUC-SP.
Autora dos livros Encontros e
Des-encontros, Tambores e Violinos,
Averso Sentido e Coisas Que
Não Importam.

Norma culta é a regra na escola e a que vale no vestibular

Professora condena uso
de linguagem neutra e
cita exemplo da França,
que proibiu uso em 2021.

Em março, um dos colégios mais tradicionais da capital paulista enviou comunicado de desculpas a pais e responsáveis após uma professora de História exibir para os alunos do 6º ano um vídeo do Laboratório de Arqueologia e Antropologia Ambiental e Evolutiva da USP com linguagem neutra: "Evolução para todes".

"Lamentamos o ocorrido, uma vez que o canal em questão apresenta um tratamento editorial de linguagem que não tem correspondência com o padrão de uso de linguagem adotado institucionalmente pelo colégio", diz a retratação.

Nas redes sociais, pais e professores repercutiram o tema, que ganhou proporção nacional. Entre as pessoas que discutiram o assunto, está Cíntia Chagas; conhecida por ensinar português de forma irreverente, a professora é referência quando se trata de condenar o uso de pronomes neutros, classificando-os como "aberração linguística". Ela enfatiza que o pronome "todos" já abriga o gênero neutro e a adaptação não binária "trata-se de uma questão ideológica incoerente". Nesta conversa ela explica seu ponto de vista e traz o exemplo da França para apoiar a tese de que o uso da linguagem neutra permaneça como dialeto e, portanto, fora das escolas.



Como analisa a questão da linguagem neutra?

CÍNTIA CHAGAS: Ainda que o governo atual seja a favor do dialeto não binário, também conhecido como linguagem neutra, e ainda que o STF tome as atitudes que vem tomando, eu discordo veementemente da utilização desse dialeto no âmbito escolar. Porque, ainda que se pense que o dialeto não binário seja algo inclusivo, na realidade a utilização dele exclui grupos que já sofrem muito com problemas reais relativos à comunicação. Explico-me. Ele exclui os cegos que fazem leitura por meio de softwares. Ele exclui os surdos que necessitam da interpretação labial para compreender o que o outro fala. Ele exclui os disléxicos, que já têm severas dificuldades com a língua portuguesa. Então, três grupos são excluídos em favor de um grupo minoritário, uma vez que os não binários não chegam a 2% da sociedade. O meu argumento mais contundente, do ponto de vista social, é de fato a exclusão. Apesar de o dialeto não binário usar a armadura da inclusão, ele exclui.

Como a linguística se insere no debate sobre gênero neutro e qual o papel de quem ensina quando há uma polêmica em curso?

CÍNTIA CHAGAS: Com relação à linguística, ela não dá conta do que ocorre com o não binário. Quem é o não binário? É aquela pessoa que não se identifica nem com o gênero masculino, nem com gênero feminino. E não há uma solução linguística para essas pessoas, na medida em que não é direito delas impor um modo de falar completamente arbitrário a toda uma sociedade. Isso não é inclusão, isso é imposição. E digo mais: é uma imposição linguística ditatorial e sem sentido. A língua portuguesa vem do latim. No latim havia o gênero masculino, o gênero feminino e o gênero neutro. Esse todes é uma invenção sem a menor lógica. Ele parte de grupos militantes que colocam a própria ideologia acima da gramática. E qual o papel da escola no nosso país? É o de ensinar a norma culta da língua portuguesa.

34% dos currículos são descartados no nosso país antes mesmo da leitura completa graças à presença de erros de português. Então, eu questiono: que país é esse em que os órgãos em que aqueles que deveriam zelar pelo ensino estão justamente promovendo um dialeto que não levará a maior parte da população a lugar nenhum? As nossas autoridades deveriam se debruçar sobre o estudo da língua portuguesa em si, sobre o estudo da gramática, porque é esse estudo que vai fazer com que os estudantes consigam alcançar melhores patamares sociais, educacionais e econômicos. E vai fazer também com que eles consigam criar pensamentos mais elaborados, mais sofisticados. A gramática dá conta disso. Por isso acho que deveríamos seguir o exemplo da França, que proibiu o dialeto não binário em escolas, em documentos públicos e em universidades.



Foto: Divulgação

CÍNTIA CHAGAS

Professora de português e de oratória. Formada em Letras pela UFMG. Colunista da Forbes. Autora dos livros Sou péssimo em português e Um relacionamento sem erros (de Português). É palestrante e professora de diversos cursos on-line, utilizando metodologia própria de aprendizagem.



EM FOCO



PROIBIDO NA FRANÇA

A **França** proibiu a linguagem de gênero neutro em escolas e órgãos públicos do país em 2021. **Segundo comunicado do Ministério da Educação**, a escrita inclusiva não é apenas contraproducente ao movimento que visa combater eventuais discriminações sexistas, mas também prejudicial à prática e à inteligibilidade da língua francesa.



Documentos têm prazo de validade

Arquivo organizado previne problemas judiciais para pessoas físicas e jurídicas.

A tecnologia de armazenamento – seja em nuvem, seja em equipamentos externos do tipo pen drive e HD – ajuda a liberar espaço físico, mas o cuidado e a organização de documentos contábeis e administrativos permanecem fundamentais para pessoas e empresas. “A questão envolve a possibilidade de perda de um direito certo ou até mesmo a impossibilidade de se defender diante de uma acusação de terceiro”, como enfatiza o advogado e contador Alcides Wilhelm.

Por isso, advogados e contadores alertam que é indispensável que os administradores de empresas e profissionais liberais estejam atentos ao prazo necessário para a guarda de cada documento. “Na prática, isso evita os principais problemas trabalhistas e com o Fisco”, relata a advogada Natália Guazelli.

Em média, ela avisa que o prazo para a maioria dos registros contábeis e fiscais é de cinco anos. Já para documentos administrativos, o tempo pode variar (veja o quadro que ela organizou). Contudo, há questões que a prática ensina a ser mais previdente, e Wilhelm exemplifica duas situações: uma de relação trabalhista e outra financeira.

“É preciso estar atento aos prazos, mas veja: quando eu assumo um financiamento em meu nome ou da empresa, o prazo é de dez anos, e isso deve ser de quando comecei ou de quando terminei de pagar? Na dúvida, oriento a guardar contando após a quitação”, explica. Outra informação que ele fornece a pessoas físicas e

jurídicas é sobre arquivos trabalhistas. Acostumado a lidar com falências e recuperação, ele percebe a dificuldade de ex-colaboradores e empresas em obter informações após alguns anos, então, para todos, a orientação é a mesma: tenha um arquivo histórico bem documentado e organizado. “Não seja imprudente. Isso pode custar muito caro”, alerta.

Outra recomendação dos advogados é também de especialistas em Tecnologia de Informação: independentemente do método de armazenamento, tenha backup e um sistema de senhas fortes para proteger as informações que está guardando.



Foto: Divulgação

ALCIDES WILHELM

Advogado e Contador, graduado pela Furb. Especialista em Gerência Contábil e Auditoria pela Furb. Especialista em Finanças Empresariais pela FGV e em Direito Tributário pelo Ibet. Mestre em Direito Empresarial e Cidadania pela UniCuritiba.



Foto: Divulgação

NATÁLIA GUAZELLI

Advogada, graduada pela PUC-PR. Pós-graduada em Direito Processual Contemporâneo pela PUC-PR. Certificada pelo Modelo de Gestão da Advocacia Sistemática, integrante da Comissão de Direito Sistemático da OAB-PR.



EM FOCO



O período de guarda dos tributos está relacionado com o prazo de decadência e prescrição, que é de cinco anos, previstos nos arts. 173 e 174 do Código Tributário Nacional (CTN), respectivamente.



TEMPO DE ARMAZENAMENTO

Documentos como água, luz e telefone –
período de 5 anos

Documentos como aluguel e taxas de condomínio –
período de 3 anos

Faturas de cartão, seguro –
período de 1 ano

Multas – período de 2 anos

INSS – período até ser realizado o pedido de aposentadoria

Financiamentos e dívidas – recomendado até o fim de todas as quitações

FGTS – 30 anos

Contribuição previdenciária (GPS), Contribuição sindical (GRCSU), Recibo de pagamento de salário, recibo do 13º salário, férias e controle de ponto, Caged, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – 5 anos

Termos de rescisão de contrato de trabalho, pedido de demissão, aviso prévio – 2 anos

Documentos relacionados ao processo de contratação (ex.: contrato de trabalho, registro de funcionário) –
prazo indeterminado

Fonte: Natália Guazelli



AASP DÁ 24 DIAS DE BACKUP GRÁTIS A PARTIR DA DATA DA EXCLUSÃO DO ARQUIVO

O usuário pode hospedar seus documentos pessoais e de trabalho em servidores on-line. Dessa forma, é possível ter acesso a eles em qualquer lugar. Essa é a maior vantagem do armazenamento em nuvem. Entre programas gratuitos e pagos, os mais conhecidos são o Google Drive, o iCloud, o Dropbox e o OneDrive.

Os gratuitos são bons, mas não oferecem backup. É aí que a pessoa associada da AASP sai ganhando. A Associação oferece 24 dias de backup para todos os que usam o e-mail “@aasp.org” e também o Drive. Então, a partir da exclusão de um arquivo, se a pessoa se arrepender, tem 24 dias para mandar um pedido de recuperação e consegue trazê-lo de volta.

O serviço é gratuito para a base associativa.

DESCASO COM CIBERSEGURANÇA É ATESTADO POR PESQUISAS

Em 2021, o **Boletim** trouxe uma reportagem sobre os ataques cibernéticos e a relação com o comportamento de internautas brasileiros, salientando que 53% das pessoas não trocavam suas combinações nem sabiam de vazamentos ocorridos. O panorama se agravou nos últimos anos, com mais ataques e o país sendo alvo frequente de hackers, mas pouco mudou o comportamento dos usuários. No Brasil, a senha mais usada ainda é “123456”, seguida de “brasil”. Além destas, completam a lista das dez mais variações numéricas sequenciais, que vão de “123” a “123456789” – esta, em terceiro lugar tanto no ranking brasileiro quanto no global. O relatório da NordPass traz ainda quanto tempo um hacker demora para “quebrar” essas senhas: menos de um segundo.

Outro estudo, este da Kaspersky, aponta que o Brasil é a principal vítima mundial dos ataques que roubam dados de documentos e senhas – o chamado phishing.

Essas informações são depois vendidas por criminosos a quadrilhas especializadas em fraudes. Sobre segurança para senhas, as informações do Boletim 3125 continuam válidas.



← Acesse no site.

"E aqueles que foram vistos dançando foram julgados insanos por aqueles que não podiam escutar a música."

(Friedrich Nietzsche)

Andar na rua, ir à escola, conhecer alguém, namorar, casar-se, ter filhos, ter um emprego, ir a um hospital, morrer e ter um enterro digno ou ter um nome que não cause constrangimento são acontecimentos comuns na existência da maioria das pessoas.

Para a maioria das pessoas trans, cada uma dessas práticas significa riscos, sofrimento e demanda luta. Nenhuma pessoa que não faça parte desse grupo é capaz de imaginar como é ser uma travesti, desde a primeira infância sendo recriminada, corrigida, exposta e excluída. Ter sua identidade divergente dos padrões gravada na carne como um estigma transforma a pessoa em permanente alvo de possíveis violências, de um olhar de desaprovação ao seu assassinato com requintes de crueldade.

Ser LGBTQIAP+ ainda é crime em muitos países, em alguns deles a existência é punida com a morte. Em razão dessa profunda incompreensão, no Brasil há uma parcela imensa de pessoas LGBTQIAP+ que permanecem ocultas. Eu mesma me assumi publicamente trans somente aos 45 anos de idade.



Foto: Divulgação

MÁRCIA ROCHA

Empresária. Advogada e Conselheira Seccional da OAB-SP, com assento no Comitê de Direitos Sexuais da World Association for Sexual Health. Pós-graduada em Educação Sexual. Fundadora e coordenadora do Projeto Transempregos. Associada AASP desde 2008.

Aos 13 anos tomei hormônios femininos no desespero de adequar meu corpo à minha identidade para viver a menina que havia em mim. Meu pai, percebendo meus seios crescendo, me levou a um médico e tive que contar. Apesar de minha resistência, acabaram por me convencer a parar com a hormonização.

Terminei o Ensino Médio, a faculdade de Direito e consegui meu primeiro emprego como advogada em uma grande imobiliária. Morei fora, abri minha primeira empresa, casei-me e tive uma filha.

Hoje tenho três empresas, sou advogada, apresento trabalhos acadêmicos no mundo todo, sou pós-graduada em Educação Sexual e fundadora do Projeto Transempregos. Falo três línguas e conheço dezenas de países. Mas naquele dia, nos anos 1970, com meu pai e o médico à minha frente me convencendo a parar minha transição, se eu tivesse insistido em continuar a me hormonizar, eu hoje não seria nada. Não teria terminado o Ensino Médio, não teria cursado Direito, jamais teria meu primeiro emprego como advogada, não teria morado fora, não seria empresária... muito provavelmente sequer estaria viva!

Ao criarmos o Projeto Transempregos em 2013, percebemos que aproximadamente 40% dos currículos recebidos apresentavam Ensino Superior e outros 30% possuíam Ensino Médio completo. Muitos transgêneros fazem a transição depois de formados e com experiência profissional. No entanto, mesmo qualificada, a maioria dessas pessoas não consegue um emprego após a transição, unicamente em razão do preconceito.

Uma pessoa trans contratada para um trabalho digno e desempenhando bem suas funções reduz o preconceito de todos à sua volta, tanto na empresa onde atua como em todos os ambientes em que circula, modificando a forma como a sociedade nos vê, desfazendo vieses inconscientes que adjetivam pessoas trans negativamente.

Por meio da inclusão da diversidade no meio corporativo, estamos fazendo nossa parte na luta contra o preconceito por um mundo mais justo e igualitário.



Veja o levantamento de dados apurados dos currículos nos últimos três anos referentes ao ramo de atividade das empresas parceiras, ramo de atividade das empresas contratantes, contratações e escolaridade dos contratados:

#Relatório de dados 2022

Período: 1º/1/2022 a 31/12/2022



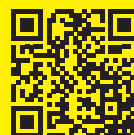
#Relatório de dados 2021

Período: 1º/1/2021 a 31/12/2021



#Relatório anual de dados

Período: 29/1/2020 a 29/1/2021



Fonte: Transempregos

707

2020

797

2021

1.113

2022

TRANSEMPREGOS

Em 2020, apesar da crise e pandemia da Covid-19, foram 707 pessoas contratadas por intermédio da plataforma.

Em 2021, ocorreram 797 contratações.

Em 2022, foram 1.113 contratações, tendo ultrapassado o número de 2.300 empresas parceiras em fevereiro último.

Baixa autoestima intelectual é uma das principais causas da Síndrome do Impostor



MARIHÁ LOPES

Psicóloga Clínica. Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental pelo ITC-SP. Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental para Criança e Adolescente pelo CBI of Miami. Especialista em Terapia EMDR pela TraumaClinic. Doutora em Psicologia Social pela Universidad Kennedy. Pioneira no atendimento de fobias com realidade virtual no Rio de Janeiro.

A autopercepção ilusória e distorcida das próprias habilidades leva indivíduos a acreditarem que não são qualificados para desempenharem tarefas para as quais têm plena competência. Esse fenômeno psicológico está presente em qualquer área de atuação e tem sido mais comumente observado em mulheres, por isso, o tema se destacou no Mês da Mulher AASP e atingiu um dos maiores públicos da programação.

Confira a seguir a análise feita pela Psicóloga Clínica e Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental Marihá Lopes sobre a Síndrome:

Como reconhecer a Síndrome do Impostor?

“Podemos identificar a Síndrome por uma sensação persistente de insegurança e inadequação. Mesmo quando a pessoa tem conquistas e realizações significativas, sente como se não merecesse o sucesso e que, em algum momento, vai ser exposta como impostora, como se estivesse enganando a todos ao seu redor. Essas sensações podem ser bastante angustiantes, levando a sentimentos de ansiedade, baixa autoestima e até depressão, impedindo a pessoa de ter sucesso em suas metas pessoais e profissionais”, explica a psicóloga.

Quais são as causas?

Marihá elencou cinco pontos de atenção, que são: perfeccionismo, quando a pessoa cria altas expectativas de si acreditando não ser boa o suficiente; falta de feedbacks ou elogios adequados ao trabalho desempenhado; comparação social com outras pessoas; histórico de bullying ou críticas severas; e a desvalorização da própria experiência com a dificuldade de reconhecer o seu conhecimento.

A Síndrome é mais recorrente em mulheres?

Mulheres enfrentam diversos desafios em sua trajetória profissional. Machismo, sexismo e até misoginia, não aleatoriamente, são comumente observados com a Síndrome, por exemplo, e Marihá fez um recorte para a atuação das mulheres advogadas.

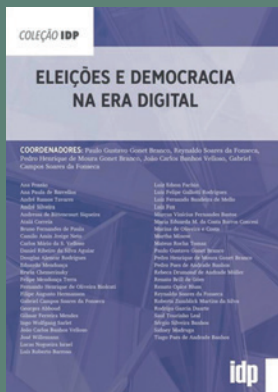
“Uma pesquisa realizada pela Women in Law Mentoring Brazil constatou que apenas 34,9% das mulheres estão no quadro de sócias de capital, apesar de serem 57% na composição dos escritórios; e, ainda, um estudo realizado pela Universidade da Geórgia mostrou que 70% das entrevistadas, todas executivas influentes, se sentem “uma fraude”, ou seja, não merecedoras dos cargos que ocupam”, contextualizou.

Como gerenciar a Síndrome?

De acordo com a especialista, é fundamental buscar o auxílio de um profissional regulamentado para o tratamento adequado, mas existem algumas dicas que podem ser usadas como primeiros passos no tratamento, que são:

- Reconhecer pensamentos negativos (identificando se são verdadeiros ou não);
- Celebrar realizações e conquistas e lembrá-las sempre em momentos de desânimo;
- Aceitar feedbacks (direcionando o foco para o fato de que sempre há espaço para melhorias e crescimento);
- Não fazer comparações com outras pessoas (concentrando suas energias em suas próprias jornadas e caminhos);
- E o mais importante: buscar apoio emocional e profissional para desenvolver novas estratégias para lidar com esses sentimentos.

“Superar a Síndrome do Impostor é um processo contínuo e pode levar tempo e esforço, mas, com as estratégias certas, é possível gerenciar esses sentimentos negativos e melhorar a autoestima e o desempenho profissional”, conclui.



Eleições e democracia na era digital

(Almedina, 2022)

As interações entre tecnologia, liberdade de expressão, eleições e democracia são os temas abordados nessa coletânea. Os artigos escritos por juristas, brasileiros e estrangeiros trazem reflexões pioneiras sobre cidadania.



EM FOCO



DOWNLOAD

A editora Aboio disponibiliza livros do seu catálogo para download gratuito em seu site. Os primeiros títulos do catálogo já estão disponíveis na página:



O plano é liberar gratuitamente os arquivos digitais de todos os livros a partir de três meses da data de lançamento.



Impeachment

(Editora Fórum, 2023)

O impeachment é instituto ascendente nos regimes presidencialistas e, nesta obra, o autor conta suas origens, na Inglaterra, e sua adaptação à república presidencialista pela Constituição norte-americana de 1787, para, então, identificar suas principais características no Direito Constitucional brasileiro. A compreensão histórica de sua evolução e a análise dos casos de sua aplicação conduz a reflexão sobre o alcance dos crimes de responsabilidade, a competência legislativa para dispor sobre a matéria, as regulamentações das leis infraconstitucionais, bem como o papel de cada instituição nesse processo, desde as funções da Câmara dos Deputados e do Senado Federal até os estreitos limites da atuação judicial.



Atualidades em Direito Empresarial

(Nova ESA/OAB Piauí, 2021)

A obra reúne artigos dos primeiros 31 pós-graduados em Direito Empresarial da Escola Superior de Advocacia (ESA) do Piauí. O Coordenador, Alexandre Magalhães, que também é advogado e administrador, explica que o curso foi o primeiro presencial na especialização do Piauí.



Cadernos de Jurisprudência do STF sobre Direito à Igualdade Racial

(CNJ, 2023)

A obra contempla o patrimônio jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF), que contribuiu para o combate à violência e à discriminação, e está disponível em:

EXPEDIENTE

As datas podem sofrer alterações.
Acompanhe as informações nos canais dos órgãos oficiais.

FERIADOS

MUNICIPAIS

16/5

Coruripe-AL
Igreja Nova-AL
São Luís do Quitunde-AL
Traipu-AL

22/5

Boca da Mata-AL
Tapauá-AM

23/5

Belmonte-BA

24/5

Camaragibe-AL

25/5

Canavieiras-BA

26/5

Amélia Rodrigues-BA
Barreiras-BA

27/5

Cocos-BA

30/5

Mâncio Lima-AC

31/5

Amélia Rodrigues-BA
Andorinha-BA
Assis Brasil-AC
Campo Grande-AL
Codajás-AM
Cordeiros-BA
Dário Meira-BA
Limoeiro de Anadia-AL
Piaçabuçu-AL
São Paulo de Olivença-AM
São Sebastião-AL
Senador Guimard-AC



ÉTICA PROFISSIONAL

PUBLICIDADE – PUBLICIDADE DE CONTEÚDO JURÍDICO – REDES SOCIAIS – POSTAGEM – CONTEÚDO – LIMITES E DEVERES ÉTICOS – OBSERVÂNCIA DAS NORMAS PERTINENTES À PUBLICIDADE.

É lícita a publicidade de advogado em sites ou redes sociais, desde que sejam observados todos os limites e condições impostos pelo CED e pelo Provimento nº 205/2021, dentre os quais se destacam a discrição, moderação e o caráter meramente informativo, sendo vedada, em qualquer hipótese, a captação indevida de clientela e a mercantilização da profissão (arts. 5º, 7º, 39 a 46 do CED e arts. 1º, 3º e 4º do Provimento nº 205/2021). O advogado pode fazer postagens em redes sociais, desde que discretas, moderadas e puramente informativas acerca de tema jurídico, sem mencionar casos ou clientes, sem debater causas de outros profissionais, sem responder, com habitualidade, a consultas sobre matéria jurídica, sem induzir ao litígio e sem configurar captação indevida de clientela, sendo igualmente permitida a postagem de imagens em repartições públicas, observadas as regras específicas de cada local e que não represente promoção imoderada do advogado. Precedentes. (Proc. nº E-5.952/2023 - v.u., em 16/3/2023, parecer e ementa da Relatora Dra. Cristiana Corrêa Conde Faldini, Revisor Dr. Fabio Kalil Vilela Leite, Presidente em exercício Dra. Renata Soltanovitch).

PATROCÍNIO SIMULTÂNEO – DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL – INEXISTÊNCIA DE LITÍGIO – POSSIBILIDADE.

Raciocinando-se a *contrario sensu* sobre o art. 20 do Código de Ética e Disciplina da OAB, em um processo de dissolução de união estável em que ambas as partes estejam de acordo com tudo o que se relaciona com a referida extinção, não há impedimento ético para que o mesmo advogado atenda a ambos, orientando-os e tomando as providências legais necessárias à sua eficácia. (Proc. E-5.672/2021 - v.u., em 28/4/2022, parecer e ementa do Relator Dr. Zanon Rozzanti de Paula Barros, Revisora Dra. Fernanda Abreu Tanure, Presidente Dr. Jairo Haber).

REFERENCIAIS DE ATUALIZAÇÃO

| | FEVEREIRO | MARÇO | ABRIL |
|------------------|------------|------------|------------|
| Taxa Selic | 0,92% | 1,17% | 0,92% |
| TR | 0,0830% | 0,2392% | 0,0821% |
| INPC | 0,77% | 0,64% | - |
| IGP-M | (-)0,06% | 0,05% | (-)0,95% |
| IPCA | 0,84% | 0,71% | - |
| TBF | 0,8536% | 1,0912% | 0,8527% |
| UFM (anual) | R\$ 206,68 | R\$ 206,68 | R\$ 206,68 |
| Ufesp (anual) | R\$ 34,26 | R\$ 34,26 | R\$ 34,26 |
| UPC (trimestral) | R\$ 23,93 | R\$ 23,93 | - |
| Poupança | 0,5000% | 0,5000% | 0,5000% |

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Portaria Interministerial MPS/MF nº 26/2023

Contribuição dos Segurados Empregado, Empregado Doméstico e Trabalhador Avulso, para Pagamento de Remuneração a partir de 1º de janeiro de 2023

| SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$) | ALÍQUOTA PROGRESSIVA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS |
|-------------------------------|--|
| Até 1.302,00 | 7,5% |
| De 1.302,01 até 2.571,29 | 9% |
| De 2.571,30 até 3.856,94 | 12% |
| De 3.856,95 até 7.507,49 | 14% |

Contribuição dos Segurados e Beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social da União a partir de 1º de janeiro de 2023

| BASE DE CONTRIBUIÇÃO (R\$) | ALÍQUOTA PROGRESSIVA INCIDINDO SOBRE A FAIXA DE VALORES |
|----------------------------|---|
| Até 1.302,00 | 7,5% |
| De 1.302,01 até 2.571,29 | 9% |
| De 2.571,30 até 3.856,94 | 12% |
| De 3.856,95 até 7.507,49 | 14% |
| De 7.507,50 até 12.856,50 | 14,5% |
| De 12.856,51 até 25.712,99 | 16,5% |
| De 25.713,00 até 50.140,33 | 19% |
| acima de 50.140,33 | 22% |

SALÁRIO-FAMÍLIA

Portaria Interministerial MPS/MF nº 26/2023

Para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 1.754,18 R\$ 59,82

ALUGUEL

| | FEVEREIRO | MARÇO | ABRIL |
|------------|-----------|--------|--------|
| IGP-DI/FGV | 1,0153 | 0,9884 | - |
| IGP-M/FGV | 1,0186 | 1,0017 | 0,9783 |
| INPC/IBGE | 1,0547 | 1,0436 | - |
| IPC/FIPE | 1,0670 | 1,0575 | 1,0452 |

Edição fechada em 8/5, às 17h.

SALÁRIO MÍNIMO FEDERAL

Medida Provisória nº 1.172/2023, desde 1º/5/2023

R\$ 1.320,00

PISOS SALARIAIS MENSAIS/ ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 17.526/2022 - 30/3/2022

1) R\$ 1.284,00

2) R\$ 1.306,00*

(*) Os pisos salariais mensais supramencionados são indicados conforme as diferentes profissões e não se aplicam aos trabalhadores que tenham outros pisos definidos em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho, bem como aos servidores públicos estaduais e municipais e aos contratos de aprendizagem regidos pela Lei Federal nº 10.097/2000.

MANDATO JUDICIAL

Conforme Comunicado CG nº 1.415/2021, em razão de decisão do STF na ADI nº 5.736, reconhecendo a inconstitucionalidade do disposto no art. 18, inciso II, da Lei Estadual nº 13.549/2009, foi dispensado o recolhimento da taxa de mandato no âmbito do TJSP.

IMPOSTO DE RENDA

Tabela Progressiva Mensal (Lei nº 13.149/2015)

| BASE DE CÁLCULO | ALÍQUOTA | PARCELA A DEDUZIR |
|----------------------------------|----------|-------------------|
| Até R\$ 1.903,98 | - | - |
| De R\$ 1.903,99 até R\$ 2.826,65 | 7,5% | R\$ 142,80 |
| De R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05 | 15% | R\$ 354,80 |
| De R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68 | 22,5% | R\$ 636,13 |
| Acima de R\$ 4.664,68 | 27,5% | R\$ 869,36 |

Deduções: a) R\$ 189,59 por dependente; b) pensão alimentar integral; c) R\$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada que tenham 65 anos de idade ou mais; d) contribuição à Previdência Social; e) R\$ 3.561,50 por despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes (Lei nº 9.250/1995).

SEGURO-DESEMPREGO 2023

Informação obtida no site do Ministério do Trabalho e Previdência. Calculado com base no salário médio dos últimos três meses trabalhados e aplicado de acordo com a tabela abaixo:

| FAIXA DE SALÁRIO MÉDIO | VALOR DA PARCELA |
|----------------------------------|---|
| Até R\$ 1.968,36 | Multiplica-se salário médio por 0,8 (80%) |
| De R\$ 1.968,37 até R\$ 3.280,93 | O que exceder a R\$ 1.968,36 multiplica-se por 0,5 e soma-se com R\$ 1.574,69 |
| Acima de R\$ 3.280,93 | O valor da parcela será de R\$ 2.230,97 invariavelmente |



Soluções para facilitar o exercício
da advocacia e apoiar o seu
desenvolvimento profissional.

Aqui é o seu lugar!



Visite nossos canais



www.aasp.org.br